

Relatório sobre situação dos migrantes em Brasileia, Acre Primeira quinzena de fevereiro de 2014

Diana Zacca Thomaz¹

Introdução

Este relatório é fruto de uma pesquisa de campo realizada entre os dias 3 e 14 de fevereiro de 2014 na cidade acreana de Brasileia. O objetivo da pesquisa nesta cidade era o de permitir um diálogo com os migrantes e a compreensão do dia-a-dia no abrigo em que ficavam hospedados na cidade, a fim de consubstanciar e enriquecer as reflexões da minha dissertação de mestrado. Para tanto, eu passava as manhãs e as tardes neste local, com saídas esporádicas feitas na segunda semana para conversar com funcionários da cidade que prestavam atendimento aos migrantes. A função deste relatório, por sua vez, é de permitir uma maior difusão das impressões e relatos que obtive em Brasileia. Essa tarefa foi inclusive cobrada pelos migrantes em nossas conversas diárias, quando enfatizavam a necessidade de que pessoas comuns e autoridades do país para além de Brasileia tomassem consciência da grave situação em que se encontravam.

O trabalho de campo será contemplado em minha dissertação de mestrado a partir de uma sensibilidade etnográfica. Dada a proposta metodológica e a limitação de tempo e recursos, não foi realizado um levantamento estatístico de informações sobre os migrantes nem entrevistas estruturadas sistemáticas². Os dados estatísticos mencionados no presente documento têm como fonte o Relatório Situacional do Abrigo de Brasileia fornecido pela administração do local e elaborado pelo funcionário municipal Denilson Angelo Ferreira de Souza.

Motivações para a vinda ao Brasil dos migrantes haitianos e a questão humanitária

Ainda que haja um número crescente de migrantes mulheres, crianças e idosos chegando a Brasileia, a maioria dos migrantes ainda é composta por homens jovens, de 20 a 30 anos de idade. As mulheres acompanhadas de crianças que chegam buscam, em sua maioria, ir à cidade na qual seus pais e esposos já estão trabalhando no Brasil. Com relação aos homens de 20 a 30 anos, estes conseguem chegar ao Brasil graças a um investimento feito por toda família, que arca conjuntamente, muitas vezes através de endividamento, os custos do trajeto organizado por coites.

Diversos migrantes deste grupo contaram-me da sua intenção de obter um emprego no Brasil a fim de sanar as dívidas incorridas pela viagem e poder enviar remessas à família no Haiti. Ainda que haja intenção explícita dessas pessoas de obter um

¹ Mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

² Esse tipo de levantamento vem sendo realizado por uma equipe de pesquisadores coordenada pelo professor Duval Fernandes da PUC-Minas para a Organização Internacional para as Migrações (OIM) do Brasil. Os resultados preliminares dessa pesquisa já estão disponíveis no site: <http://www.brasil.iom.int/>.

emprego e melhorar as condições de vida, é importante salientar que sua classificação enquanto migrantes econômicos ou voluntários é problemática. Ao perguntar-lhes se poderia resumir sua motivação para vir ao Brasil simplesmente a uma busca por emprego e melhoria de vida, os migrantes haitianos invariavelmente me diziam que não era apenas essa a questão. Um dos migrantes resumiu a argumentação que me apresentavam ao dizer que os problemas que enfrentavam no Haiti não eram somente de falta de emprego, mas “pluridimensionais”. Os migrantes relatavam o alto índice de violência no país, com gangues armadas e de sequestradores aterrorizando os centros urbanos, a falta de um fornecimento de água potável eficaz ou de tratamento de esgoto, o alto índice de doenças e a péssima qualidade dos serviços médicos, além dos altos custos da educação.

Essa perspectiva, no entanto, muito contrastava com aquela expressada pelo cônsul brasileiro em Cobija, Guillermo Barbosa. Cobija é uma cidade boliviana ligada a Brasileia por uma pequena ponte cruzada diariamente pelos habitantes dos dois países – além dos migrantes - e o consulado brasileiro na cidade consiste no posto diplomático brasileiro mais próximo do abrigo. Em uma rápida conversa, Barbosa afirmou que o Brasil havia estendido uma mão ao Haiti em solidariedade pela catástrofe humanitária desencadeada pelo terremoto de 2010, mas que os migrantes que chegavam atualmente eram meros migrantes econômicos, comparando-os aos brasileiros que migram para os Estados Unidos ilegalmente.

Vale destacar que essa não é a perspectiva atualmente sustentada pelo governo brasileiro, que mantém a política de emissão de vistos de permanência por motivos humanitários aos haitianos que chegam ilegalmente ao território do país. Ainda assim, como se verá a seguir, “abrir a fronteira” e regularizar a situação dos migrantes haitianos no país se mostra como uma postura necessária, mas não suficiente. Os migrantes haitianos enfrentam situações precárias e insalubres no abrigo em Brasileia, reproduzindo no território brasileiro uma situação preocupante em termos humanitários.

Além disso, o principal meio de saída desses migrantes da cidade, via contratação por empresas que vão ao Acre em busca de mão de obra barata, se mostra altamente problemático. Os critérios de contratação, muitas vezes relacionados à grossura das mãos e das canelas dos migrantes, remontam ao tráfico negreiro e apontam para a veracidade das denúncias que vêm proliferando pelo país acerca das condições degradantes e análogas à escravidão a que estes trabalhadores migrantes são submetidos. Um deslocamento considerado humanitário merece a atenção e os recursos necessários para garantir uma acolhida digna e que respeite os direitos humanos fundamentais dos migrantes e que não permita que a vulnerabilidade destes seja acirrada nas condições precárias de um abrigo ou explorada em nome do lucro.

Condições de habitação do abrigo

O abrigo no qual os migrantes se hospedam consiste em um antigo clube da cidade que estava inativo. Segundo o coordenador do abrigo e funcionário da Secretaria de Direitos Humanos do estado do Acre, Damião Borges, o local tem capacidade para

hospedar de 300 a 400 migrantes. No entanto, este se encontra cronicamente superlotado. Na segunda semana de fevereiro de 2014, havia no total 1.142 migrantes no abrigo, sendo 996 homens e 146 mulheres. Dentre estes migrantes, havia 24 crianças e adolescentes, duas mulheres grávidas e 29 idosos. Vale ressaltar que esses números, fornecidos pela administração do abrigo, não são precisos, pois não há um controle efetivo do número de migrantes que saem do abrigo, mas apenas daqueles que chegam e dão entrada em sua documentação.

Colchões velhos e deteriorados ocupam a maior parte do chão do abrigo e as condições sanitárias são extremamente precárias. Da região onde se situam os banheiros e chuveiros emana um forte odor que se pode sentir de qualquer parte do abrigo. A precariedade das condições de higiene é uma das principais queixas dos migrantes e muitos afirmavam ter dificuldade para dormir à noite dado o forte odor. O bebedouro industrial do abrigo se encontra também em péssimo estado e há migrantes que, dada a impureza da água, o utilizam para lavar sapatos e outros objetos. A parte central do abrigo e seu refeitório contam com um tablado, cujas tábuas de madeira estão, em sua grande parte, quebradas e apodrecendo, podendo-se ver muito lixo se acumulando por debaixo. O refeitório, coberto por lonas de plástico, também conta com colchões espalhados pelo chão, dada a já ocupação total do espaço da parte principal do abrigo.

O almoço e o jantar são servidos em marmitas de papel alumínio e o momento da distribuição das refeições é marcado por desordem e tensão. São organizadas duas filas para receber a marmita, uma para as mulheres e outra para os homens. Cerca de uma a duas horas antes da distribuição das refeições, a fila de homens já se forma e se estende em caracol pela parte do refeitório. Quando as marmitas começam a ser distribuídas há muito empurra-empurra e alguns migrantes tentam furar a fila à força. Policiais militares montam um posto em frente ao abrigo na hora do almoço e se posicionam ao longo da fila quando da distribuição. A intenção era conter a desordem, mas é discutível se isso funciona. Alguns policiais brandindo cassetetes acabam acirrando os ânimos e machucando os migrantes. A fila das mulheres é mais curta e não tem esse tipo de confusão. Como não são distribuídos talheres, a maioria dos migrantes utiliza a tampa de papel alumínio da marmita dobrada como talher, enquanto outros, que tinham meios para comprar, utilizam suas próprias colheres ou garfos.

Grande parte dos migrantes se queixa da qualidade da comida e aqueles que têm recursos, fazem suas refeições em lanchonetes e pensões próximas, assim como tomam banho na rodoviária para evitar a sujeira do abrigo. As refeições são sempre iguais e muitos têm diarreia após a ingestão, o que agrava as condições sanitárias do abrigo. Damião Borges e funcionários da unidade de saúde mais próxima ao abrigo afirmam que a diarreia se deve aos migrantes não estarem habituados ao tempero local, mas uma visita à cozinha revela que as condições de higiene no preparo das refeições são muito precárias.

Não há privacidade para as mulheres e crianças e idosos são expostos igualmente às péssimas condições de higiene do local. Muitas das crianças que chegam vêm sem os

pais, com primos, tios, etc. Nesses casos, os menores têm de esperar por mais tempo pela documentação, que é encaminhada ao Conselho Tutelar e só é liberada após a comprovação dos laços familiares e da concessão de um termo de responsabilidade legal ao acompanhante do menor. Os casos de crianças desacompanhadas são ainda mais preocupantes, pois elas só podem sair quando algum familiar comprovado compareça e se responsabilize o que pode demorar indefinidamente.

Superlotação crônica

O Acre é a principal porta de entrada dos migrantes haitianos no país. Dos cerca de 20 mil que se estima haver atualmente no Brasil, 16.137 teriam passado pelo abrigo de Brasileia na segunda quinzena de fevereiro. A chegada desses migrantes passou a ser percebida na cidade em 2010, no contexto pós-terremoto no Haiti, com a vinda de 37 migrantes segundo o relatório do abrigo. Nos anos de 2011 e 2012 os números foram de 1.175 e 2.225 migrantes haitianos respectivamente. O pico de entrada foi o ano de 2013 quando 10.779 haitianos se dirigiram à pequena cidade. Somente em janeiro e metade de fevereiro do presente ano, 1.921 haitianos já teriam chegado, um montante próximo ao número total dos anos de 2011 e 2012, o que sinaliza que há uma tendência de crescimento contínuo na chegada desses migrantes.

Desde 2010, sete abrigos diferentes foram improvisados para hospedar os migrantes que chegavam à cidade contando com o atual. Enquanto em Brasileia, pude visitar alguns deles: um hotel no centro da cidade agora em obras, um pequeno anexo de uma igreja, uma casa abandonada e sem luz na parte alta da cidade e um ginásio, no qual os migrantes dormiam sobre papelões. Todos os abrigos anteriores, como o atual, foram improvisados e se mostraram limitados para dar conta do número de migrantes que chegava à cidade. Apesar da precariedade das condições descritas acima, segundo Damião Borges, o abrigo atual, se comparado à dos anteriores, é um “hotel cinco estrelas”.

Em janeiro de 2014, o número de migrantes no abrigo chegou a estimados 1.205, o que gerou uma repercussão na mídia nacional e fez com que o governo federal comprasse 500 passagens de ônibus para levar migrantes haitianos a outras partes do país onde teriam parentes ou conhecidos que pudesse acolhê-los. Quando cheguei a Brasileia acompanhei a partida dos três últimos ônibus que faziam parte dessa medida. Apesar da compra das passagens, menos de duas semanas após a vinda dos primeiros ônibus o número já havia subido novamente para mais de 1.000 migrantes no abrigo, com uma entrada diária média de 50 migrantes. Ou seja, a medida que foi improvisada para aliviar o quadro de superlotação do abrigo se mostrou de curtíssimo prazo e não resolveu o quadro de superlotação e precariedade do abrigo.

Gerência do abrigo e atenção ao migrante

Desde 2010, a coordenação do abrigo está a cargo de Damião Borges. Naquele ano, Damião trabalhava para a Secretaria de Esportes do estado do Acre e foi transferido para a Secretaria de Direitos Humanos por ser habitante de Brasileia. Sua nova função como coordenador da acolhida aos migrantes deveria ser provisória e durar apenas 20

dias, porém, passados mais de três anos, o funcionário ainda assume essa responsabilidade. Além de Damião, em fevereiro de 2014 havia também um funcionário da prefeitura encarregado do levantamento estatístico do abrigo, Denilson de Souza, e um grupo de dois a três funcionários de Rio Branco que se intercalavam e passavam uma semana trabalhando no abrigo: uma semana era uma equipe da Secretaria de Direitos Humanos, na outra da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Todos esses funcionários executavam tarefas burocráticas, passando o tempo de trabalho dentro do trailer do abrigo onde fica a administração. Basicamente, esses funcionários itinerantes ajudavam no preenchimento dos documentos dos migrantes que chegavam. Assim, além de Damião e Denilson, não havia uma continuidade no pessoal que trabalhava no abrigo e nenhum deles se dedicava à atenção aos migrantes na rotina precária do abrigo. Nenhum deles falava francês, língua que a maior parte dos migrantes falava, e alguns conseguiam se comunicar em um espanhol básico com os migrantes que falavam esse idioma. Apesar da necessidade premente, não havia psicólogos ou assistentes sociais no abrigo ou algum funcionário responsável por administrar atividades de limpeza e organização do espaço.

Damião é referido pelos migrantes como “o diretor” e costuma ser a pessoa a quem os migrantes que falam espanhol recorrem para pedir informação, fazer queixas, etc. Dada a falta de informação, os migrantes acreditam que Damião seria responsável por todas as atividades que envolvem sua estadia ali: da emissão dos vistos e carteiras de trabalho, à vinda de empresas e ônibus, e garantia da qualidade da alimentação. Para os migrantes, Damião representa o Estado ali, é a única autoridade que reconhecem no seu dia a dia. Porém, dados os três anos de um trabalho bastante estressante e a pressão constante de migrantes se queixando ao seu redor, Damião já demonstra sérios sinais de esgotamento.

As informações que circulam entre os migrantes se confundem frequentemente com rumores, que eles têm dificuldade de confirmar. Apesar de ser estudante e de explicar as limitações do meu papel ali no abrigo aos migrantes todos os dias, fui muito solicitada por eles somente por falar francês e espanhol por estar disponível. A carência de informação e atenção dos migrantes fazia com que praticamente cada vez que chegasse ao abrigo fosse rodeada por eles. Os migrantes me pediam informações e esclarecimentos, reclamavam das condições e da maneira como eram tratados, desabafavam sobre as dificuldades que enfrentaram no Haiti, na viagem e que ainda tinham que encarar no Brasil. Frequentemente, me requisitavam para traduzir palavras e mesmo solicitações a Damião e demais funcionários, me pediam ajuda para as tarefas mais variadas e até exigiam que eu resolvesse questões além do meu alcance, como agilizar a emissão das carteiras de trabalho e providenciar novos ônibus para que pudessem sair da cidade.

Extorsões no caminho até o Brasil

A rota feita pelos migrantes haitianos até sua chegada à Brasileia é organizada por coites que cobram quantias abusivas (cerca de US\$ 3.000,00 em média) para levarem os migrantes até Assis Brasil, cidade acreana que faz fronteira com Iñapari, no Peru. No

trajeto, os migrantes passam de avião pelo Panamá e chegam ao Equador. A partir de então, a viagem segue por via terrestre para o Peru até a fronteira com o Brasil. Diferentemente do Equador, o Peru oficialmente exige visto dos migrantes haitianos, exigência inclusive fruto de pressões do governo brasileiro em 2012 numa tentativa de reduzir a chegada de haitianos ao país. Os migrantes com os quais conversei relatavam uma série de extorsões e violências não somente por parte dos coiotes, mas também de policiais e autoridades peruanas que exigiam suborno para permitirem a continuidade ilegal da viagem. Ao chegarem a Assis Brasil, a extorsão prossegue, dessa vez feita por taxistas brasileiros que cobram, em táxis com até 5 e 6 passageiros, US\$20,00 em média por pessoa, em um trajeto que deveria dar no máximo 30 reais no total.

Opções de saída de Brasileia

Muitos migrantes relatam terem se chocado com as condições do abrigo ao chegarem a Brasileia. Ouvi de diferentes migrantes a mesma frase “Se eu soubesse que a situação aqui seria assim, eu não teria vindo.” e que se sentiam tratados como animais ou “pior que cachorros”. Assim, a partir do momento da chegada à cidade, o objetivo dos migrantes é o de sair o quanto antes e chegar a um dos grandes centros urbanos do país, onde possam encontrar com familiares e/ou trabalhar, pagar a dívida que assumiram para arcar com os custos da vinda com os coiotes e enviar remessas aos familiares que ficaram no país de origem. Porém, os entraves à saída se mostram grandes, fazendo com que muitos fiquem por meses no abrigo.

As opções de saída do abrigo são duas: ou os migrantes arcam com seus próprios recursos a viagem de ônibus ou avião a outra parte do país (provavelmente onde tenha algum conhecido ou familiar) ou aguardam pela chegada de uma empresa que venha à cidade em busca de mão de obra barata³. Porém, na viagem até o Brasil os migrantes passavam por uma série de extorsões por parte dos coiotes e de autoridades e policiais peruanos, deixando muitos sem dinheiro algum na chegada ao Acre. Assim, aqueles que têm alguém da família que possa enviar mais recursos (não é um caso majoritário) dependem do recebimento de transferências, sejam elas internacionais, feitas no Banco do Brasil, ou nacionais (de familiares já estabelecidos no Brasil), feitas através dos Correios. Porém, o acesso a essas duas agência é difícil (como se verá a seguir).

A espera pela chegada de empresas, assim, gera uma grande ansiedade no abrigo. Segundo Damião Borges, a procura por parte das empresas teria caído muito desde meados de 2013, o que tornava a superlotação ainda mais recorrente. Em fevereiro de 2014 houve um problema na emissão das carteiras de trabalho dos migrantes haitianos (nenhuma carteira foi entregue nas duas semanas que passei no abrigo), o que causou ainda mais ansiedade. Os migrantes temiam que uma empresa chegasse

³ Como o governo federal havia pagado 500 passagens de ônibus para aliviar a situação do abrigo em janeiro, muitos dos migrantes que chegavam em fevereiro e viram os últimos ônibus partindo questionavam se não haveria mais ônibus gratuitos e que era necessário enviar mais passagens urgentemente, o que não ocorreu.

enquanto eles ainda não tivessem recebido a carteira, o que impossibilitaria sua contratação.

Com relação às empresas que têm vindo à Brasileia buscar trabalhadores, estas são em sua maioria da construção civil ou frigoríficos, setores conhecidos pelas frequentes condições degradantes de trabalho. Funcionários ou mesmo os donos das empresas costumam ir à Brasileia para fazer a seleção ou a deixam a cargo do coordenador do abrigo. Neste último caso, Damião afirma se basear na grossura das mãos dos migrantes para saber se eles estão acostumados com o trabalho pesado. O coordenador afirmou também que alguns empregadores vêm até o abrigo e prestam atenção na finura das canelas como critério para contratação. Nesse sentido, fica clara a vulnerabilidade à exploração no trabalho em que se encontram esses migrantes assim como a similaridade de sua situação com aquela dos igualmente negros escravos de outrora.

Acesso aos serviços públicos locais

Brasileia é uma cidade em estagnação econômica do interior do Acre que conta com cerca de 20 mil habitantes. Estima-se que metade da população viva na parte rural da cidade e a outra metade na área urbana. Os serviços públicos são precários, de modo que a chegada de cerca de mil migrantes na cidade teve um forte impacto no cotidiano da população local. A população, que se sente muito desassistida pelas autoridades, se ressentida da ajuda governamental cedida para a acolhida aos migrantes. Além disso, os migrantes causam filas e dificultam o acesso da população ao Banco do Brasil, à Polícia Federal, ao Ministério do Trabalho e à unidade de saúde mais próxima ao abrigo.

Conversando com funcionários do município que atendem os migrantes, todos se queixaram da falta de auxílio em recursos e funcionários ao município para dar conta da demanda extra por serviços criada pelos migrantes. Muitos elogiavam a medida de permitir a entrada irrestrita de haitianos, mas explicavam que o município de Brasileia não tinha como arcar com os custos que essa migração impingia à cidade.

No caso da unidade de saúde que prestava atendimento aos migrantes, por exemplo, uma funcionária me explicou que a unidade contava somente com três médicos que não davam conta de atender os migrantes e a população local ao mesmo tempo e que os medicamentos da unidade que deveriam durar um mês terminavam em quinze dias com demanda adicional. Devido às condições da viagem e do abrigo, a maioria dos migrantes que procuravam a unidade sofriam de dermatite, infecção respiratória e diarreia. Dada a grande procura dos migrantes pelos serviços da unidade e o ressentimento provocado na população local na disputa por atendimento, a unidade passou a destinar um médico somente para o tratamento dos migrantes, o que reduziria o atendimento diário de 60 a 70 migrantes para cerca de 20.

Uma postura similar foi adotada no Banco do Brasil e nos Correios devido à grande demanda gerada pelos migrantes. Os Correios, que costumavam atender por ordem de chegada, passaram a direcionar um só caixa para os migrantes, pois estes faziam fila desde a madrugada em frente à agência, dificultando o acesso à população da cidade.

Os migrantes recorrem aos Correios para pagar a taxa do CPF e para receber transferências de familiares que estejam em outras partes do país. A agência do Banco do Brasil mais próxima ao abrigo, muito solicitado pelos migrantes que tentavam receber transferências internacionais, passou a só aceitar atender 30 migrantes por dia, um número muito inferior à demanda efetiva.

Chegada crescente de haitianos que viviam na República Dominicana e senegaleses

Uma parte crescente dos haitianos que vêm chegando ao Brasil vivia e trabalhava na República Dominicana antes de vir ao Brasil. Aqueles com os quais conversei me relataram casos graves de racismo e privação de direitos naquele país, sendo essas as motivações principais para virem ao Brasil. Alguns deles nasceram na República Dominicana, tendo ascendência haitiana. A situação deste grupo é ainda mais preocupante dada a decisão do Tribunal Constitucional do país de setembro de 2013 de suspender a nacionalidade de todos aqueles nascidos a partir de 1929 de pais estrangeiros e que não sejam capazes de comprovar sua condição migratória regular. Segundo a Anistia Internacional⁴, essa medida já teria resultado na perda da nacionalidade dominicana de mais de 250.000 pessoas, que passaram à condição de apátridas. Nesse contexto, muitos se viram sem a possibilidade de ir ao Haiti, país no qual muitos nunca estiveram, e decidiram buscar no Brasil uma alternativa para uma vida digna.

Na primeira metade de fevereiro de 2014 haviam entrado 108 senegaleses no abrigo. Segundo o coordenador do abrigo, esse é uma migração nova que teria tido início na segunda metade de 2013. Há uma grande disputa entre haitianos e senegaleses por atenção, território e comida no abrigo, o que gera brigas ocasionais entre os grupos. Os senegaleses também preenchem formulários de solicitação de refúgio ao chegarem ao abrigo, e queixam-se de serem desprivilegiados com relação aos haitianos. Afirmam que seus documentos demoram mais tempo para serem emitidos, que as empresas só buscam migrantes haitianos e que nos ônibus pagos pelo governo federal quase não saíram senegaleses. A entrada livre de haitianos é um caso excepcional, de modo que muitos dos senegaleses que tentam entrar por Assis Brasil são barrados pela Polícia Federal por não terem visto. Ainda assim, eles entram por vias alternativas. A Polícia Federal têm multado e apreendido os veículos de taxistas que transportam ilegalmente senegaleses, de modo que os motoristas têm cobrado até US\$300,00 por passageiro senegalês no trajeto até Brasileia dados os riscos.

Dificuldades na obtenção do visto para vir ao Brasil

Tive a oportunidade de perguntar a alguns migrantes porque eles optaram por vir ao Brasil ilegalmente, pagando altas quantias aos coites e expostos a uma série de violências, ao invés de obterem um visto em Porto Príncipe, que seria uma opção, em

⁴ Anistia internacional. *República Dominicana: mais de 250.000 pessoas perderam direito à nacionalidade e passaram à condição de apátridas*. 05 Fevereiro 2014. Disponível em: <
<http://anistia.org.br/direitos-humanos/blog/rep%C3%BAblica-dominicana-mais-de-250000-pessoas-perderam-direito-%C3%A0-nacionalidade-e>>

tese, menos custosa e mais segura. Alguns afirmaram que a burocracia era muito grande e que não conseguiam obter os documentos exigidos pela embaixada brasileira, sobretudo o comprovante de residência (muitos vivem em habitações irregulares). Outros - e essa era uma afirmação frequente - alegavam existir uma rede de corrupção na embaixada em Porto Príncipe, com a cobrança de altas somas para obter o visto de forma rápida e da necessidade de se conhecer alguém de influência para conseguir o documento. Essas são acusações que precisam ser averiguadas. Por enquanto, sejam essas alegações verdadeiras ou falsas, o que se percebe é que é mais simples burocraticamente e mais rápido vir ilegalmente do Haiti ou da República Dominicana para o Brasil, ainda que mais custoso e perigoso, do que tentar obter o visto em Porto Príncipe, o que beneficia somente a rede de atravessadores ilegais, mas não os migrantes ou os moradores de Brasília.

Considerações Finais

A partir das descrições fornecidas acima, contata-se que as limitações da política humanitária brasileira para com os migrantes haitianos que vêm chegando ao país desde 2010. Nesse sentido, salientam-se alguns pontos que podem ser pertinentes a fim de promover uma política humanitária coerente com relação a esses migrantes:

- É patente a necessidade de se ir além da política de regulação migratória no país e de se promover uma política de integração dos migrantes no Brasil. Não se pode permitir que grande parte dos custos de acolhida recaiam sobre uma pequena cidade acreana que mal tem recursos e funcionários para atender sua própria população.
- A inserção de migrantes vulneráveis na sociedade brasileira não deveria ser promovida a partir de uma lógica neoliberal de inserção no mercado sem qualquer tipo de acompanhamento. Essa racionalidade permite que a submissão a condições de trabalho análogas à escravidão seja a opção mais palpável para migrantes que necessitam de assistência.
- Seria igualmente necessário apurar os relatos frequentes por parte dos migrantes acerca da corrupção na embaixada em Porto Príncipe em torno da emissão de vistos e desburocratizar e agilizar a vinda legal desses migrantes para o país.
- A abertura de um canal de diálogo com os migrantes haitianos – que já contam com a Associação dos Imigrantes Haitianos no Brasil – seria de grande valia para aprimorar as políticas públicas relativas a esse deslocamento.